



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 13

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 19 DE FEVEREIRO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

Instalação da 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 5.ª Legislatura

O Presidente do Senado Federal faz saber que a sessão conjunta de instalação da 4.ª sessão legislativa ordinária da 5.ª legislatura se realizará no dia 1 de março próximo, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 1966.
AUREO MOORE ANDRADE

SENADO FEDERAL

Reuniões preparatórias da 4.ª Sessão legislativa ordinária da 5.ª Legislatura

Faço saber que, de acordo com o disposto no art. 2º, alínea "d" do Regimento Interno, as reuniões preparatórias da 4.ª sessão legislativa ordinária da 5.ª legislatura, no Senado Federal, terão início no dia 28 do mês em curso, às 14 horas e 30 minutos.

Na primeira reunião dever-se-á eleger o Presidente e na segunda os demais membros da Mesa.

Senado Federal, 10 de fevereiro de 1966

AUREO MOORE ANDRADE
Presidente

ATA DA 14.ª SESSÃO, EM 18 DE FEVEREIRO DE 1966

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 5.ª LEGISLATURA

PRESIDENCIA DO SENHOR NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Argemiro de Figueiredo
Domicio Gondim
Silvestre Pericles
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Nogueira da Gama
Filinto Müller
Bezerra Neto
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE.

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 14 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O 1.º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS ns. 74 a 77 e 79 a 82, de 16 do mês em curso, do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, de 1966

(N.º 1.335-B/60, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros), para atender às despesas com o oferecimento de uma estância de Tiradentes ao Povo e ao Governo da República dos Estados Unidos do México e de uma outra de Castro Alves ao Povo e ao Governo da República do Peru.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros) para atender às despesas com o oferecimento de uma estância de Tiradentes ao Povo e ao Governo da República dos Estados Unidos do México e de uma outra de Castro Alves ao Povo e ao Governo da República do Peru.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 1966

(N.º 3.836-B/62, NA ORIGEM)

Retifica a Lei nº 3.835, de 18 de dezembro de 1960, que "cria Coleções Federais em diversos Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo; e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º No art. 1º da Lei nº 3.835, de 18 de dezembro de 1960, onde está

enumerados os Municípios do Estado da Bahia, é feita a seguinte retificação:

Onde se lê:

"Ibaceri e Coara"

Leia-se, respectivamente:

"Ibicaraí" e "Coaraci".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Serviço Público Civil.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 1966

(N.º 4.845-B/62, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 (dois milhões seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros) para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 (dois milhões quatrocentos e sessenta e seis mil cruzeiros) para o fim de atender ao pagamento de vencimentos e vantagens, referentes aos exercícios de 1960 e 1961, do pessoal do Conselho Coordenador do Abastecimento.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 1966

(N.º 2.542-B/65, NA ORIGEM)

Disciplina a cobrança de anuidades escolares e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os reajustamento das anuidades e taxas cobradas pelos estabelecimentos particulares de ensino, em todo o território nacional, serão permitidos somente após cada período de 12 (doze) meses, e não poderão ser superiores aos índices de correção monetária apurados até 31 de dezembro de cada ano, pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 2º Até 30 (trinta) dias antes do início do ano letivo, os reajustamentos serão comunicados aos Conselhos Estaduais de Educação quanto aos estabelecimentos de ensino primário e médio, e ao Conselho Federal de Educação quanto aos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 3º Esses índices só serão ultrapassados quando o estabelecimento de ensino tiver realizado obras substanciais que possibilitem a seus alunos maior conforto e melhor atendimento, a juízo das autoridades competentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Educação e Cultura.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, de 1966

(Nº 61-A/63, NA CÂMARA)

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e o Dr. Aderson Horn Ferro, para compra de terras no Território de Iguaçu.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e o Dr. Aderson Horn Ferro, para compra de terras no Território de Iguaçu.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, de 1966

(Nº 83-A/63, NA CÂMARA)

Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar termo de rescisão de contrato entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a Cisa S.A. — Engenharia e Comércio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Tribunal de Contas da União autorizado a registrar o termo de rescisão de contrato entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a Cisa S.A. — Engenharia e Comércio, celebrado em 5 de julho de 1961 e referente à construção de seis residências para professores catedráticos da Escola de Agronomia "Eliseu Maciel", em Pelotas, Rio Grande do Sul.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, de 1966

(Nº 193-A/64, NA CÂMARA)

Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi, para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Colônia Federal em Caxias do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Tribunal de Contas da União autorizado a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi, para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Colônia Federal em Caxias do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 135,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, Nº 4, de 1966

(Nº 199-A/64, NA CÂMARA)

Aprova o contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, para aplicação da verba de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) — dotação de 1960 — destinada ao prosseguimento dos serviços de abastecimento de água nas sedes de municípios do Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o contrato celebrado, em 31 de dezembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, no valor de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), referente ao Anexo 4, Subanexo 09, Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; Consignação 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 3.5.00 — Saúde; 3.5.2.0 — Serviços Básicos de Saneamento; 3.5.2.1 — Abastecimento de água; 04 — Amazonas; 2 — Prosseguimento dos serviços de abastecimento de água nas sedes dos Municípios do Amazonas, a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública da Lei Orçamentária de 1960, cujo registro foi denegado pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 28 de setembro de 1961 — Processo número 5.300-61, do T.C.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:
(Nogueira da Gama) — Está finda a leitura do expediente. (Pausa.) Sobre a Mesa, requerimento que vai ser lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 69, de 1966

Senhor Presidente do Senado Federal.

Requeiro, na forma regimental, que, mediante solicitação ao Poder Executivo e, particularmente, ao Ministério da Agricultura, me sejam prestadas, dentro do prazo legalmente fixado, as informações abaixo:

1 — Se, nos últimos tempos, tem-se verificado, em nosso País, deficiência numérica de pessoal especializado, isto é, de diplomados pelas escolas de ensino agrícola e veterinário, de nível superior e médio, em face das necessidades de assistência técnica à Agricultura e à pecuária;

2 — em que grau o montante das atuais matrículas nas escolas em referência corresponde às previsões das futuras necessidades de assistência e fomento nesse setor das atividades nacionais;

3 — na hipótese de resposta afirmativa ao item nº 1, como se explicam as dificuldades ora, de fato, defrontadas pelos diplomados em agricultura e veterinária para colocação nos adequados serviços públicos e privados.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 1966. — Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa indicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

INDICAÇÃO Nº 1, DE 1966

Senhor Presidente:

O senador intra-assinado toma a iniciativa de sugerir à presidência da Casa para fazer vir ao Senado da Re-

pública, em Brasília, colocando-o definitivamente no salão de honra, o quadro a óleo, retrato do saudoso Senador José Gomes Pinheiro Machado. Bravo entre os bravos! — pode-se dele dizer o que foi dito sobre o Marechal Ney —, Pinheiro Machado foi e continua sendo o General do Senado, nas jornadas republicanas deste legislativo.

Não se justifica que o grande quadro permaneça na sala do sub-solo do Palácio Monroe, ou seja ao que foi reduzido este Senado no Rio de Janeiro. Há poucos dias foi trazido para Brasília e afixado em nosso edifício, o retrato do Rei Alberto, da Bélgica. Muito maiores e oportunas são as razões para que o retrato do senador general Pinheiro Machado venha para o lugar de honra na câmara alta de Brasília.

Sugere-se, outrossim, que o retrato seja colocado, num ato condigno, por ocasião da reinstalação de nossos trabalhos ordinários na primeira semana de março deste ano.

Pinheiro Machado, predominantemente através do Senado, foi o paladino da consolidação republicano-democrática neste país. Sua missão política liberal oferece um edificante saldo positivo.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 1966. — Senador Vicente Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A indicação que acaba de ser lida vai à Comissão Diretora para o devido exame.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Gay da Fonseca.

O SR. GAY FONSECA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou daqueles que afirmam e creem que no equilíbrio entre os fatores da produção é que residem a paz social e a riqueza da nação. Mas, de outra parte, também afirma e creio que dentre estes fatores sobrepõe e se destaca o fator trabalho, por ser aquele no qual se identifica de perto o homem, a pessoa humana. Pessoa humana em função da qual a própria sociedade existe, e tem seu núcleo. O trabalho não se despersonalizou, como o capital, quer privado quer estatal, este último hoje vicejando nos países chamados socialistas, que nada mais são que representação do capitalismo do Estado.

Adotamos, pois, uma tal concepção a respeito do trabalho, não posso deixar de sentir e me preocupar com os problemas que atingem e afligem o homem que realiza — o trabalhador. Tenho lido e ouvido notícias a respeito da revisão do estatuto da estabilidade. Há poucos dias, inclusive nesta Casa, o Senador Bezerra Neto manifestava sua preocupação legítima sobre a possibilidade de que uma revisão nestes termos viesse ferir um direito conquistado pelos trabalhadores brasileiros.

Na ocasião, tive oportunidade de esclarecer S. Exa. que ouvira o Sr. Ministro do Trabalho manifestações categóricas de que uma eventual revisão da legislação que disciplina a matéria não teria por objetivo eliminar, restringir ou limitar tal direito, mas sim corrigir distorções eventualmente existentes.

Hoje, Sr. Presidente, venho à tribuna para novamente trazer a palavra do Sr. Walter Perachi Barcellos, reafirmando, como responsável pela Pasta do Trabalho, que não se cogita de extinguir a estabilidade.

Outra, aliás, não era a minha convicção e a minha certeza, pois a orientação que se traçou o Governo da República, em nenhum momento permitiu que se aceitasse a mesma

como sendo contrária aos interesses dos trabalhadores brasileiros.

O governo não é um instrumento nem o guarda de privilégios e muito menos o protetor de grupos econômicos, mas sim, o promotor do bem-estar de todos os brasileiros.

Assim se vem definindo e expressando e assim tem feito sentir à nação o Presidente da República. Jamais quis ou desejou, como afirmam alguns, colocar o trabalhador — elemento dinâmico na grandeza da nação — em condição de inferioridade, mas sim, valorizá-lo.

E, se assim fosse, não contaria com o apoio parlamentar de homens como eu, que têm sempre se manifestado pela implantação da justiça social autêntica. Entendo válida e julgo mesmo necessário que a legislação trabalhista possa ser revista e espero seja este o pensamento do governo, pois as leis não são estáticas, mas dinâmicas. E esta revisão deve ser feita para corrigir aquilo a que me referi: as distorções, para evitar a burla da lei provida da lei provida da frieza de seu texto. No próprio Instituto de estabilidade que motiva minha intervenção, vejo eu necessidade de uma análise mais acurada e mais profunda, a fim de que o trabalhador não fique à mercê do arbítrio de empresários, cujo único sentimento que os motiva é o do lucro.

O tempo passa na mesma medida, as realidades sociais se alteram e se modificam, consequentemente, também as normas jurídicas que surgiram num determinado momento podem ter perdido a sua eficácia. A sua revitalização, para atingir os seus objetivos, se impõe.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo que aqui fiquem bem claras as minhas palavras, e por isto as repito e as reafirmo: impõe-se uma revitalização, para que os fins sejam preservados, o que vale dizer, a manutenção do direito adquirido, ou melhor, a efetiva garantia do mesmo.

O Sr. Bezerra Neto — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. GAY DA FONSECA — Com prazer.

O Sr. Bezerra Neto — Congratulamo-nos com as palavras de V. Ex.^a, especialmente ao usar a tribuna do Senado para o desmentido. A estabilidade do trabalhador brasileiro, na altura dos acontecimentos, é instituição permanente, cristalizada, admirada como exemplo perante todo o nosso mundo civilizado. As notícias, como tive ocasião de dizer, eram contraditórias, e o desmentido, em nome do Ministério do Trabalho, pela tribuna do Senado, levava tranquilidade à classe trabalhadora do Brasil, porque o operário brasileiro, o velho servidor da indústria e do comércio, tem, na sua consciência, a conquista daqueles direitos. Se a estabilidade existe, ela também é burguesa por uma minoria de empregadores, de modo que, em si, não prejudicaria a política de desenvolvimento ou a política privatista do atual Governo. Uma revisão para melhorar, para evitar a burla à estabilidade e, também, para fazer surgir no País o seguro-desemprego, é admissível. A notícia de que o Governo lá derogar a estabilidade causou pânico e era motivação para protestos gerais, como vimos através de todos os órgãos de opinião do País.

O SR. GOY DA FONSECA — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, manifestação que coincide exatamente com meu ponto de vista.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GOY FONSECA — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — Devo pontuar a V. Ex.^a que a Comissão de Legislação Social, sob a minha Presidência, estava atenta ao assunto.

Colhi do noticiário informações a respeito e procurava ver a procedência da idéia, as fontes de onde brotavam essas informações, para saber se realmente valeria a pena o pronunciamento do órgão específico do Senado, que é a sua Comissão de Legislação Social. Mas, na verdade, as notícias eram contraditórias. Atribuíam-se a autoridades credenciadas; outras se mostravam alheias ao assunto; terceiras declaravam que absolutamente não tinha fundamento o alarme, não havia realmente esteio sério para se levar avante uma idéia que poderia criar problemas sociais para o Brasil. Daí a Comissão de Legislação Social, ou pela palavra de um dos seus membros, ou pela do próprio Presidente, não ter comparecido a este Plenário para dizer da sua reação e intenção futura, quando surgisse este problema na pauta dos nossos trabalhos. Daí a cautela, até mesmo na última reunião realizada, na semana passada, de não agitar este assunto, deixando-o ainda sendo explorado — e isto parecia até um verdadeiro teste que se estava fazendo para conhecer dos verdadeiros propósitos dos governantes, e também qual a reação despertada entre o governados. Era o testemunho que queria dar a V. Ex.^a, praticamente em nome da Comissão de Legislação Social.

O SR. GAY DA FONSECA — Muito agradeço o aparte de V. Ex.^a. Entendo estar, assim, esclarecida a posição do Sr. Ministro do Trabalho, e a minha posição também. E porque confio na palavra do Ministro do Trabalho e porque confio na ação do governo e do chefe da Nação e que creio que assim é e assim o será. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, já ocupei a tribuna do Senado para tratar do petróleo boliviano nas suas relações diretas com os interesses brasileiros.

Leis e decretos do nosso país trataram do aproveitamento do petróleo da Bolívia, assim como o Tratado Comercial de 1958 disciplinou, de modo definitivo, o intercâmbio comercial entre os nossos dois países. A lei criou a chamada Refinaria de Petróleo de Corumbá, Mato Grosso, por meio da qual seria aproveitado o gás boliviano. Mas, em torno da refinaria do petróleo vindo da Bolívia, também se debatia outro alvitre, ou seja, o da construção de um oleoduto que tiraria o petróleo da Bolívia até o litoral brasileiro, até a cidade de São Paulo.

A refinaria do petróleo que, de tanto discutida, parecia estar por poucos dias o início dos trabalhos para a sua construção, caiu em ponto-morto. E agora, Sr. Presidente, debate-se, através da imprensa paulista, a possibilidade da construção do oleoduto entre a Bolívia e o Brasil. O jornal "O Estado de São Paulo" tornou-se o arauto desta iniciativa e a Câmara Municipal de Corumbá, conforme memorial que me envia, de 29 de janeiro deste ano, segundo o apelo e as sugestões do órgão paulista.

Não sei se deve ser otimista quanto às possibilidades da consecução da iniciativa. Falou-se tanto, há muitos anos — e continua a se falar — do nosso abastecimento com petróleo da Bolívia, e o sal boliviano, de que menos se falava, está entrando incrementadamente em nosso país.

Consome-se o sal da Bolívia para a pecuária de Corumbá, em todo o sul de Mato Grosso e até no Estado de São Paulo.

Várias firmas foram organizadas e, se houvesse meios de comunicação e vias de transportes mais capacitadas, essa importação do sal boliviano, es-

pecialmente para a pecuária, estaria num nível altíssimo. Mais não é feito por falta de transportes e de estradas. Assim mesmo, os pioneiros estão vencendo as dificuldades da natureza, e toneladas e toneladas de sal boliviano atravessam mensalmente o Município de Corumbá em demanda ao sul de Mato Grosso e Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, como esta idéia renasce e há seus adeptos, compete a nós nos enfileirarmos na solidariedade desta luta. Neste sentido, chamo a atenção do Ministério das Minas e Energia para a mensagem dos corumbenses, enviada ao Senado da República por intermédio de sua Câmara Municipal.

E' o seguinte o texto da mensagem: (Lendo)

"Corumbá, 29 de janeiro de 1966 — Da Câmara Municipal de Corumbá — Ao Exmo. Sr. Senador Vicente Bezerra Neto — Senado Federal — Brasília — Assunto: Construção de gasoduto Brasil-Bolívia.

Senhor Senador:

Havendo este Legislativo aprovado por unanimidade em sessão extraordinária do dia 25 do corrente um requerimento de autoria do Senhor Vereador Geraldino Martins de Barros, propondo o envio de apelo a V. Ex.^a e a todos os demais nobres representantes de Mato Grosso nas duas Casas do Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa do nosso Estado, no sentido de apoiar e se interessarem pela concretização do projeto da Petrobrás para construção de um gasoduto desde Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, até São Paulo, vimos formalizar esse apelo, já que um tal empreendimento terá alta significação para o progresso e o desenvolvimento de todo o nosso Estado.

A título de esclarecimento, anexamos ao presente uma cópia da notícia a respeito do projeto, publicada no prestigioso órgão da imprensa brasileira, "O Estado de São Paulo."

Certos da habitual atenção de V. Ex.^a para o assunto, servimo-nos desta oportunidade para renovar aqui os nossos protestos de mais alto apreço e real consideração, com os nossos votos de um Ano Novo de Paz e Prosperidade. Atenciosas saudações. — Geraldino Martins de Barros, Presidente. — Adalberto Cofacci, 2º Secretário."

O anexo é o seguinte, transcrito de "O Estado de São Paulo", Seção Economia & Finanças: (Lendo):

"CSN estuda construção de gasoduto Brasil-Bolívia.

"Rio, 30 (Folha) — O Conselho de Segurança Nacional está estudando projeto elaborado pela PETROBRAS para construção de um gasoduto ligando Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) a São Paulo, que custaria aproximadamente 300 milhões de "dólares" e seria concluído em três anos.

A própria PETROBRAS, porém, ponderou que haveria inconvenientes na execução do projeto, entre os quais o de que o gás boliviano afetaria o mercado de São Paulo, já suprido satisfatoriamente pelas suas refinarias. Poderia, também, ser argüida uma possível transgressão da Lei nº 2.004 — que instituiu o monopólio estatal na prospecção do petróleo.

O projeto

Levantamento feito por técnicos brasileiros sobre as reservas bolivianas concluiu pela possibilidade

de serem extraídos naquele país 150 milhões de barris de petróleo e entre 2 e 3 trilhões de pés cúbicos de gás natural, volume capaz de suprir o Brasil durante 25 anos, a razão de 6 a 7 milhões de metros cúbicos diários.

Entre as vantagens da execução do projeto, apontadas pelos seus autores, estão a de que seria possível um abastecimento de combustível para Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Vale do Paraíba e Guanabara e daria uma solução definitiva para o problema do abastecimento de gás liquefeito ao Brasil.

Dizem ainda que o gasoduto — com 2.350 quilômetros de extensão e 30 polegadas de diâmetro — incentivará a indústria da zona por ele atravessada, alimentará a indústria petroquímica, possibilitará a instalação de uma usina siderúrgica com redução a gás em Corumbá (aproveitando o manganês e o calcário das redondezas) e possibilitará a criação de um mercado para a indústria brasileira da Bolívia.

Estratégia

O fato de o gasoduto desvincular o Brasil de uma dependência de fontes extracontinentais é o principal argumento favorável ao empreendimento. Quanto ao seu financiamento, espera-se a obtenção de crédito no exterior, por se tratar de iniciativa considerada altamente rentável. As próprias companhias que exploram o gás natural na Bolívia (Bolívia Gulf e outras) — tornariam um "pool" financeiro para instalação do equipamento, enquanto os brasileiros financiariam através da Petrobrás, Eletrobrás e dos Estados de São Paulo, Minas e Guanabara."

Pelo que se observa, Sr. Presidente, o projeto é perfeitamente viável e atende, da maneira mais rápida possível, os anseios de desenvolvimento e de progresso do nosso País.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

COMPARECERAM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Oscar Passos

Sebastião Archer

Joaquim Parente

Raul Guberti

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa) Está esgotada a matéria constante do Expediente.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Não há número para votação. Assim sendo, os sete primeiros itens constantes da Ordem do Dia ficam com a votação adiada para a próxima sessão. Passa-se, em consequência ao 8º item.

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 33, de 1966, da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 325, de 1965 (n.º 3.371-B-65 na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo, e dá outras providências.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerrarei
a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem reque-
rimentos para que a redação final
seja submetida a votos, é a mesma
dada como definitivamente aprovada,
independente de votação, nos termos
do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto volta à Câmara dos
Deputados. Para acompanhar o es-
tudo da emenda do Senado, naquela
Casa do Poder Legislativo é designado
o nobre Senador Antônio Carlos, re-
lator da matéria na Comissão de Pro-
jetos do Executivo.

*E' a seguinte a redação final
aprovada:*

*Redação final da emenda do Senado
ao Projeto de Lei da Câmara nú-
mero 326, de 1965 (n.º 3.371-B-65,
na Casa de origem), que dispõe
sobre a publicação dos atos relati-
vos ao servidores públicos civis do
Poder Executivo, e dá outras provi-
dências.*

EMENDA N.º 1

(Corresponde à Emenda n.º 1 — CPE)

Suprimam-se os artigos 5.º e 6.º
e dê-se ao artigo 4.º a seguinte re-
dação:

"Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogados
o parágrafo único do art. 23 da Lei
n.º 4.345, de 26 de janeiro de 1964,
e demais disposições em contrário."

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 9.

*Discussão, em turno único, da
redação final, oferecida pela Co-
missão de Redação, em seu Pa-
recer número 89, de 1966, do Pro-
jeto de Lei da Câmara número
326, (de n.º 3.374-B-65 na Casa
de origem), de iniciativa do Sr.
Presidente da República que au-
toriza o Poder Executivo a abrir,
o crédito especial de Cr\$
99.807.000 (noventa e nove mi-
lhões, oitocentos e sete mil cru-
zeiros), destinado a atender des-
pesas que especifica.*

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerrarei
a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem reque-
rimentos para que a redação final
seja submetida a votos, é a mesma
dada como definitivamente aprovada,
independente de votação, nos termos
do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à sanção.

*E' a seguinte a redação final
aprovada:*

*Redação final do Projeto de Lei da
Câmara n.º 326, de 1965 (número
3.374-B, de 1965, na Casa de ori-
gem), que autoriza o Poder Exe-
cutivo a abrir o crédito especial de
Cr\$ 99.807.000 (noventa e nove mi-
lhões, oitocentos e sete mil cruzei-
ros), destinada a atender a despes-
as que especifica.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo au-
torizado a abrir, pelo Ministério da
Fazenda, o crédito especial de
Cr\$ 99.807.000 (noventa e nove mi-
lhões, oitocentos e sete mil cruzeiros),
destinado a atender a despesas de
viagem e estada, no exterior, de re-

presentantes daquele Ministério que
participaram das Reuniões especí-
ficas da Associação Latino-Americana
de Livre Comércio (ALALC), no exer-
cício de 1965, bem como as decorrentes
de convocações que forem feitas ao
Brasil, em 1966, por aquela Associa-
ção e suas instituições.

Art. 2.º O crédito de que trata esta
Lei será registrado e distribuído pelo
Tribunal de Contas ao Tesouro Na-
cional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 10:

*Discussão, em turno único, da
redação final, oferecida pela Co-
missão de Redação, em seu Pa-
recer n.º 90, de 1966, do Projeto
de Lei da Câmara n.º 331, de
1965 (de n.º 3.377-B-65 na Casa
de origem), de iniciativa do Se-
nhor Presidente da República, que
isenta dos impostos de importa-
ção e de consumo, materiais im-
portados pela Dominium S. A.,
destinados à fabricação de café
solúvel.*

Em discussão a redação final.
Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerrarei
a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem reque-
rimentos para que a redação final
seja submetida a votos, é a mesma
dada como definitivamente aprovada,
independente de votação, nos termos
do art. 316-A, do Regimento Interno.
O projeto irá à sanção.

*E' a seguinte a redação final
aprovada:*

*Redação final do Projeto de Lei
da Câmara n.º 331, de 1965 (nú-
mero 3.377-B-65, na Casa de ori-
gem), que isenta dos impostos de
importação e de consumo mate-
riais importados pela Dominium
S. A., destinados à fabricação de
café solúvel.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' concedida isenção dos
impostos de importação e de consumo
para os materiais, constantes do Cer-
tificado de Cobertura Cambial núme-
ro 18-65-36810, importados pela Do-
minium S. A. e destinados à fabrica-
ção de café solúvel.

Art. 2.º A isenção concedida não
abrange material com similar nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 11:

*Discussão, em turno único, da
redação final, oferecida pela Co-
missão de Redação, em seu Pa-
recer n.º 86, do Projeto de Lei
da Câmara n.º 4, de 1966 (núme-
ro 3.372-B-65 na Casa de origem),
de iniciativa do Sr. Presidente da
República, que concede isenção dos
impostos de importação e de con-
sumo, bem como da taxa de des-
pacho aduaneiro para 4 (quatro)
empilhadeiras importadas pela
Lampport & Holt Navegação S. A.*

Em discussão a redação final.
Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerrarei
a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem reque-
rimentos para que a redação final
seja submetida a votos, é a mesma
dada como definitivamente aprovada,
independente de votação, nos termos
do art. 316-A, do Regimento In-
terno.

O projeto irá à sanção.

*E' a seguinte a redação final
aprovada:*

*Redação final do Projeto de Lei
da Câmara n.º 4, de 1966 (núme-
ro 3.372-B-65, na Casa de ori-
gem), que concede isenção dos im-
postos de importação e de con-
sumo, bem como da taxa de des-
pacho aduaneiro, para 4 (quatro)
empilhadeiras importadas pela
Lampport & Holt Navegação S.A.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' concedida isenção dos
impostos de importação e de consumo,
bem como da taxa de despacho adua-
neiro, dispensada a cobertura cam-
bial, para 4 (quatro) empilhadeiras
importadas pela Lampport & Holt Na-
vegação S. A., conforme licença nú-
mero DG-62-2028-2535, da Carteira de
Comércio Exterior.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 12:

*Discussão, em turno único, da
redação final, oferecida pela Co-
missão de Redação, em seu Pa-
recer n.º 87, de 1966, do Projeto de
Lei da Câmara n.º 5, de 1966
(n.º 3.382-B-65 na Casa de ori-
gem), de iniciativa do Sr. Presi-
dente da República, que autoriza
o Poder Executivo a abrir o cré-
dito especial de Cr\$ 11.000.000.000
(onze bilhões de cruzeiros) desti-
nado a atender a despesas, de
qualquer natureza, do Grupo Exe-
cutivo de Integração da Política
de Transportes, e dá outras pro-
vidências.*

Em discussão a redação final.
Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerrarei
a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem reque-
rimentos para que a redação final
seja submetida a votos, é a mesma
dada como definitivamente aprovada,
independente de votação, nos termos
do artigo 316-A, do Regimento In-
terno.

O projeto vai à sanção

*E' a seguinte a redação final
aprovada:*

*Redação final do Projeto de Lei
da Câmara n.º 5, de 1966 (número
3.382-B-65, na Casa de origem),
que autoriza o Poder Executivo a
abrir o crédito especial de Cr\$..
11.000.000.000 (onze bilhões de
cruzeiros), destinado a atender a
despesas, de qualquer natureza,
do Grupo Executivo de Integração
da Política de Transportes, e dá
outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo au-
torizado a abrir, pelo Ministério da
Viação e Obras Públicas, o crédito es-
pecial de Cr\$ 11.000.000.000 (onze bi-
lhões de cruzeiros), destinado a aten-
der a despesas, de qualquer natureza,
do Grupo Executivo de Integração da
Política de Transportes, criado pelo
Decreto n.º 57.003, de 11 de outubro
de 1965, e modificado pelo Decreto
n.º 57.276, de 17 de novembro de 1965,
com vigência em 2 (dois) exercícios.

Art. 2.º Os encargos decorrentes da
aplicação desta lei serão atendidos
pela venda de "Obrigações Reajus-
táveis do Tesouro Nacional".

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 13:

*Discussão, em segundo turno
do Projeto de Lei do Senado nú-
mero 35, de 1965, de autoria do
Sr. Senador Vasconcellos Tôrres,
que dispõe sobre a jornada nor-
mal de trabalho dos profissionais
de enfermagem (aprovado substi-
tutivo em primeiro turno na
Sessão de 19.2.65) tendo Parecer
n.º 91, de 1966 da Comissão de
Redação, oferecida a redação do
têncio.*

Em discussão o projeto (Pausa).
Não havendo quem peça a palavra
declaro-a encerrada.

Não tendo havido emenda, nem re-
querimento no sentido de que o pro-
jeto seja submetido a votos, é dado
como definitivamente aprovado, nos
termos do art. 272-A, independente-
mente de votação.

A projeto vai à Câmara dos Depu-
tados.

*E' o seguinte o projeto apro-
vado:*

*Redação do vencido para segun-
do turno do Projeto de Lei do
Senado n.º 35, de 1965, que dispõe
sobre a jornada normal de traba-
lho dos profissionais de enfer-
magem.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A duração normal do tra-
balho para os profissionais de enfer-
magem não excederá de 6 (seis) ho-
ras diárias, somente sendo admitida
a sua prorrogação nos termos e con-
dições da legislação vigente.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 14:

*Discussão, em primeiro turno
(com apreciação preliminar da
constitucionalidade nos termos o
art. 265 do Regimento Interno),
do Projeto de Lei do Senado nú-
mero 165, de 1963, de autoria do
Sr. Senador Eurico Rezende, que
dispõe sobre a contagem, em dô-
bro, do tempo de serviço prestado,
entre 21 de abril de 1960 e igual
data de 1962, pelos funcionários
do Poder Executivo, designados
para ter exercício em Brasília,
tendo Parecer, sob n.º 1.296, de
1965, da Comissão de Constituição
e Justiça, contrário, por incons-
titucional.*

Em discussão o projeto quanto à
sua constitucionalidade. (Pausa).

Se nenhum Senador quiser fazer
uso da palavra, encerrarei a discussão.
(Pausa).

Está encerrada.

A votação da preliminar fica adia-
da para a próxima sessão, por falta
de quorum na sessão de hoje.

Está esgotada a matéria da Ordem
do Dia.

Sendo esta a última sessão do pe-
ríodo de convocação extraordinária
esta Presidência suspende a sessão por
10 minutos para lavratura da Ata
que deverá ser discutida e votada na
sessão de hoje.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 15 hora-
e 25 minutos e reaberta às 11
horas e 35 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está re-
berta a sessão.

Vai ser lida a Ata pelo Sr. 2.º Se-
cretário.

E' lida e aprovada a ata.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Antes de
declarar encerrada a Quarta Sessão
Legislativa da Quinta Legislatura, ca-
be-me convocar os Srs. Senadores pa-
ra a sessão preparatória, a se rea-
lizar no dia 28 do corrente à hora re-
gimental, destinada à eleição do Se-
nhor Presidente do Senado Federal.
A seguir, em nova sessão serão eleitos
os demais Membros da Mesa.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 ho-
ras e 40 minutos).

MESA

Presidente — Moura Andrade

Vice-Presidente — Nogueira da Gama

1º Secretário — Dinarte Mariz

2º Secretário — Gilberto Marinho

3º Secretário — Adalberto Sena

4º Secretário — Cattete Pinheiro

1º Suplente — Joaquim Parente

2º Suplente — Guido Mondin

3º Suplente — Vasconcellos Torres

4º Suplente — Raul Gluberti

AGRICULTURA

Presidente: Senador José Ermírio

Vice-Presidente: Senador Eugênio Barros

TITULARES

Eugenio Barros

José Feliciano

José Ermírio

Nelson Maculan

Lopes da Costa

Antônio Carlos

Dylton Costa

SUPLENTE

1. José Leite

2. Atílio Fontana

3. Dix-Huit Rosado

4.

5. Daniel Krieger

6. João Agripino

7. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Senador Afonso Arinos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves.

TITULARES

Jefferson de Aguiar

Antônio Balbino

Wilson Gonçalves

Ruy Carneiro

Edmundo Levi

Bezerra Neto

Arthur Virgílio

Afonso Arinos

Heribaldo Vieira

.....

Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel

2. José Feliciano

3. Filinto Müller

4. Benedito Valladares

5. Argemiro Figueiredo

6. Melo Braga

7. Oscar Passos

8. Daniel Krieger

9. Eurico Rezende

10. João Agripino

11. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena Bueno

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Senador Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Senador Pedro Ludovico.

TITULARES

Pedro Ludovico

Walfredo Gurgel

Arthur Virgílio

Melo Braga

Eurico Rezende

Heribaldo Vieira

Aurélio Vianna

COMISSÕES PERMANENTES**SUPLENTE**

1. José Feliciano

2. Benedito Valladares

3. Bezerra Neto

4.

5. Zacarias de Assunção

6. Lopes da Costa

7. Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Senador Atílio Fontana

Vice-Presidente: Senador José Ermírio.

TITULARES

Atílio Fontana

José Feliciano

José Leite

José Ermírio

Nelson Maculan

Adolpho Franco

Lopes da Costa

Irineu Bornhausen

Miguel Couto

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar

2. Sigefredo Pacheco

3. Sebastião Archer

4. Bezerra Neto

5. Melo Braga

6. Zacarias de Assunção

7. José Cândido

8. Mem de Sá

9. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16:30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans.

TITULARES

Menezes Pimentel

Walfredo Gurgel

.....

Arthur Virgílio

Padre Calazans

Mem de Sá

Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Benedito Valladares

2. Sigefredo Pacheco

3. Edmundo Levi

4. Melo Braga

5. Afonso Arinos

6.

7. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:30 horas.

FINANÇAS

Presidente: Senador Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire

Lobão da Silveira

Sigefredo Pacheco

Wilson Gonçalves

Walfredo Gurgel

Argemiro Figueiredo

Bezerra Neto

Pessoa de Queiroz

.....

Irineu Bornhausen

Eurico Rezende

Mem de Sá

Aurélio Vianna

Lino de Mattos

SUPLENTE

1. Atílio Fontana

2. José Guilomard

4. Nelson Maculan

3. Eugênio Barros

4. Menezes Pimentel

5. Pedro Ludovico

6. José Ermírio

7. Edmundo Levi

8. Melo Braga

9. Oscar Passos

10. João Agripino

11. Adolpho Franco

12. Daniel Krieger

13.

14. Josaphat Marinho

15. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

TITULARES

José Feliciano

Atílio Fontana

Nelson Maculan

Barros Carvalho

Adolpho Franco

Irineu Bornhausen

Dilton Costa

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira

2. Sebastião Archer

3. Vivaldo Lima

4. Oscar Passos

5. Lopes da Costa

6. Eurico Rezende

7. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena Bueno

Brandão.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:30 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador Walfredo Gurgel

TITULARES

Ruy Carneiro

Walfredo Gurgel

Atílio Fontana

Eugênio Barros

Vivaldo Lima

Edmundo Levi

Eurico Rezende

Heribaldo Vieira

Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. José Guilomard

2. Sigefredo Pacheco

3. José Leite

4. Lobão da Silveira

5.

6. Pessoa de Queiroz

7. Lopes da Costa

8. Zacarias de Assunção

9. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro

Leal

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio.

TITULARES

Benedito Valladares

Jefferson de Aguiar

José Ermírio

Argemiro Figueiredo

João Agripino

.....

Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico

2. Filinto Müller

3.

5. José Cândido

6. Afonso Arinos

7. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro

Leal

Reuniões: Quartas-feiras, às 14:30 horas.

POLICONA DAS SECAS

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

TITULARES

Ruy Carneiro

Sebastião Archer

Argemiro Figueiredo

Dix-Huit Rosado

João Agripino

Heribaldo Vieira

Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco

2. José Leite

3. José Ermírio

4.

5. Lopes da Costa

6. Antônio Carlos

7. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro

Leal

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino

Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

TITULARES

Wilson Gonçalves

José Guilomard

Jefferson de Aguiar

José Ermírio

Bezerra Neto

João Agripino

Antônio Carlos

Lino de Mattos

Mem de Sá

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel

2. José Feliciano

3. Ruy Carneiro

4. Melo Braga

5. Edmundo Levi

6. Daniel Krieger

7. Adolfo Franco

8. Aurélio Vianna

9.

Secretário: José Soares

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz.

TITULARES

Walfredo Gurgel

Sebastião Archer

Dix-Huit Rosado

Antônio Carlos

Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira

2. José Feliciano

3. Edmundo Levi

4. Eurico Rezende

5. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz.

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guilomard
Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos
Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite
5. Nelson Maculan
6.
7. Mello Braga
8. Padre Calazans
9. João Agripino
10. Mem de Sá
11. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castoion Branco
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: José Cândido.

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico
Dix-Huit Rosado
José Cândido
Miguel Couto

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros
3.
4. Lopes da Costa
5. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
Vice-Presidente: Oscar Passos.

TITULARES

José Guilomard
Victorino Freire
Oscar Passos
Silvestre Péricles

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Aarão Steinbruch
SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana
3. Dix-Huit Rosado
4. José Ermírio
5. Adolpho Franco
6. Eurico Rezende
7. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
Vice-Presidente: Victorino Freire.

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire
Mello Braga
Silvestre Péricles
Padre Calazans
Aloysio de Carvalho
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. José Leite
2. Filinto Müller
3.
4. Dix-Huit Rosado

5. Antônio Carlos
6. Mem de Sá
7. Miguel Couto
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa
Vice-Presidente: Mello Braga.

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite
Mello Braga
Lopes da Costa
Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard
3. Bezerra Neto
4. Irineu Bornhausen
5. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.